



Kuhn, Michael, (2016) *How the Social Sciences Think about the World's Social – Outline of a Critique*, Stuttgart ibidem

Apresentação

O livro foi escrito para encontrar respostas para a pergunta: como 200 anos de pensamento em ciências sociais, especialmente de pensamento crítico em ciências sociais, não tornou o mundo algo melhor do que aquilo que temos? Para efeito, esboça uma teoria sobre as ciências sociais. Em 5 capítulos, argumenta serem as ciências sociais uma forma particular de pensamento que não apenas surge ao mesmo tempo que o estado-nação, mas é também uma forma de pensar que pensa sobre o social através dos pontos de vista dos constructos sociais do estado-nação têm sobre o social; uma maneira de pensar que reflete o social através de um sistema de categorias que reproduz cognitivamente as preocupações práticas que o estado-nação tem com o social; é um conhecimento científico particular, em que o estado-nação faz do social a imagem que ele próprio produz de si.

No capítulo A o livro mostra, através de exemplos de teorias sociais contemporâneas dominantes, como as ciências sociais constroem o seu pensamento. Fazem-no não só ao limitar o pensamento às socialidades nacionais individuais, pressupondo ser possível compreender os fenômenos sociais confinando-os a sociedades nacionais, mas também teorizando a partir dos instrumentos de observação dos estados-nação, desenvolvendo assim, inevitavelmente, um pensamento imperial genuíno sobre o mundo social, argumentando com regras de pensamento criadas para produzir conhecimentos nacionais. De seguida, argumenta-se que a oposição a esse pensamento imperial não critica o modo de teorização particular enviesado a partir do efeito do estado-nação no conhecimento, nem as teorias sociais dominantes. Apenas se opõe ao *monopólio* da teorização no mundo imperial, teorização enviesada pelas nacionalidades, propondo, como alternativa, um pensamento enviesado por nacionalidades. Portanto, apresenta esta oposição como uma batalha entre entidades científicas nacionalmente construídas, como as teorias do Sul versus teorias “ocidentais”; como uma batalha sobre que teorias são meta-teorias dominantes globais. Portanto, um pensamento imperial alternativo. Fazer assim – argumenta-se no livro – tal oposição entre teorias espacialmente vinculadas, no caso, teorias contra o “Ocidente” cujo

resultado prático é universalizar o pensamento das ciências sociais como a maneira do mundo pensar o mundo social e, assim, universalizar um modo de pensar – ainda que criticamente – vocacionado para incentivar os estados-nação de todo o mundo a seguirem o ideal das ciências sociais: o ideal de um estado-nação cuja missão última será servir a humanidade. O capítulo continua a argumentar que tal oposição não apenas imita o modo de pensar próprio dos pontos de vista do estado-nação sobre o social, mas também advoga explicitamente o pensamento nacionalmente enfiado, “pensamento patriótico” na expressão usado no livro; tipo de pensamento em ciências sociais mais recente que argumenta contra os ainda existentes elementos de objectividade no conceito de conhecimento relativamente objectivo, opondo-se ao conhecimento “universal” e advogando a sua substituição pelo conhecimento plural e relativo, num mundo de ciência social que consiste em muitos conhecimentos “provinciais”. Acompanhando a criação de um mundo de ciências sociais constituído por muitas teorias patrióticas, o capítulo discute, de seguida, debates recentes em ciências sociais que criticam e omitem o essencial da ciência das ciências sociais, caindo em toda a sorte de misticismos que as ciências sociais haviam um dia ultrapassado, ao demarcar-se do pensamento religioso. O que facilitou o renascimento do pensamento religioso, como a última actualização do pensamento em ciências sociais. O capítulo conclui que o debate sobre a globalização das ciências sociais é um esforço típico de ciências sociais para enobrecer a missão política de fazer da ciência um recurso nacional para produzir conhecimento sobre o mercado global e uma batalha a respeito das regras de pensamento a adoptar para produzir conhecimento com vista a servir melhor a missão de ideais nobres, como o “cosmopolitanismo”.

O capítulo B discute, na sua primeira parte, a arquitectura disciplinar do pensamento em ciências sociais. Na segunda parte, discute as categorias essenciais, fundamento de como as disciplinas controem a sua visão particular do social.

Na primeira parte, o livro esboça o que já é a arquitectura do constructo de pensamento social com uma multiplicidade de pensamentos disciplinares, que de modo nenhum espelham os diferentes aspectos da natureza dos humanos, mas apenas a divisão do próprio estado-nação transformado em humano, no cidadão, na sua múltipla existência, como se este cidadão consistisse em projectos de vida individual, política e económica realmente separados; o estado-nação obriga o humano a dividir-se numa pessoa livre e igual; com uma liberdade para prosseguir os seus objectivos enquanto cidadão igual aos outros; com uma igualdade criada pela abstracção politicamente desenvolvida dos meios económicos acessíveis a cada ser humano para prosseguir os seus objectivos. Estes cidadãos construídos pelos estados-nação, divididos em indivíduos livres e iguais, em criaturas políticas e económicas, e as preocupações separadas que tais criaturas produzidas pelos estados-nação, e com múltiplas existências, têm a respeito do social, constituem a divisão do pensamento social em pensamento disciplinar, uma multiplicidade de perspectivas separadas através das quais eles interpretam o social.

A segunda parte persegue as categorias essenciais das disciplinas à procura das respectivas visões particulares do social e mostra nas antropologia/teorias culturais, economia, sociologia, teoria política e psicologia, como todas as disciplinas basicamente partilham a mesma imagem metafísica dos humanos: a ameaça de um humano anárquico, não domesticado, ingovernável; uma ameaça que o pensamento disciplinar encontra na natureza humana como fundamento do olhar disciplinar particular sobre o social dever ser uma forma de controlo dessa natureza; uma natureza que é, de forma evidente, a do cidadão naturalizado. A discussão dos fundamentos categoriais mostra como aquilo que o pensamento disciplinar encontra no humano é, tão só, a natureza das criaturas do estado-nação, de modo a representar o estado-

nação como resposta a essa natureza humana artificial. A discussão e o pensamento impõem aos humanos essa imagem metafísica dos humanos imaginados cidadãos, a própria criatura das sociedades criadas por estados-nação que apenas tais sistemas sociais criam: os privados competitivos como uma ameaça, a menos se controlados por “mecanismos de ordem” antropológicos, disciplinados nas suas aspirações “ilimitadas” pela necessidade de respeito pela “escassez” prescrita no pensamento económico, “estruturado” pela “sociedade” do pensamento sociológico, “domesticado” pelo poder político da ciência política e auto-controlado por via da domesticação das suas batalhas morais interiores identificadas pelo pensamento psicológico. São estas diferenças menores sobre como domesticar as muitas ameaças do livre arbitrio que fundam o modo particular de teorização das diferentes disciplinas de compreensão do social. Nas ciências sociais, o pensamento teórico ainda está de cabeça para baixo. Ao contrário das filosofias clássicas, o mundo real não é a reificação de uma ideia; nas ciências sociais, ao pensar em “factos reais”, pensamento é provar a verdade dos ideais criados pelos pensadores a respeito do mundo. As ciências sociais não pensam realmente sobre o mundo social. Pensam se e como o mundo se conforma com as missões imaginadas impostas pelas ciências sociais ao mundo social, como se fossem objectivos espontâneos deste. Missões construídas a partir das imagens disciplinadas sobre o que seja a humanidade. Tal como os pensadores religiosos fazem, o pensamento das ciências sociais deriva das imagens disciplinadas sobre o mundo produzidas pelas suas preocupações teóricas, ao praticar a teoriação sobre o mundo a pensar na pergunta: *o mundo é ou não como o mundo deveria ser?* É por causa deste idealismo que o pensamento disciplinar consiste, ao mesmo tempo, na afirmação crítica e na domesticação idealizada do conhecimento, a perguntar se a domesticação significa que o sistema social ajuda os humanos a encontrarem-se como a sua natureza, observando criticamente se os meios à disposição da sociedade permitem fornecer esses serviços aos seus cidadãos.

A parte um do *capítulo C* discute as técnicas particulares de criação da cognição em ciência social e a parte dois os progressos do pensamento teleológico.

A parte um reflecte sobre como os conhecimentos em ciência social que medem o mundo como desviante ou coincidente com os seus ideais praticam um modo cognitivo particular de criar pensamento social; uma técnica de cognição com a qual se atesta os ideais via uma realidade, na qual, ex-ante, as ciências sociais integram os seus ideais: a “realidade empírica”, a realidade que as ciências sociais criam com esta operação cognitiva, uma realidade fabricada na qual se “encontram” os pensamentos nos “factos reais”. Esta primeira parte analisa, através de alguns exemplos, como o pensamento da ciência social pratica este modo circular de pensamento teleológico, em que o pensamento não analisa porque é que as coisas são como são. Ao invés, pratica a comparação pretenciosa entre a realidade e os seus ideais, trabalhada como pensamento usando as pressuposições de teorias através das quais o pensamento da ciência social aborda os respectivos objectos de pensamento. É deste modo de pensar teleologicamente através de pressupostos teóricos que resulta o conhecimento relativamente objectivo, em função do qual as suas pressuposições, um conhecimento epistemológico que os departamentos de ciência social consideram um máximo natural de pensamento, e que enobrecem considerando-o como a natureza do pensamento social.

A segunda parte do capítulo mostra como os debates mais recentes em spistemologia da ciência social sobre a natureza das ciências procuram desqualificar a objectividade do conhecimento em ciências naturais, desqualificação paradoxalmente provada pelo progresso do conhecimento, entretanto mitificado, do falso para o correcto conhecimento, através da “mudança paradigmática”, que é o modo como esses debates de ciência social sobre a alegada

relatividade natural do conhecimento científico prepara o caminho para a dissolução do conhecimento científico social e abre caminho ao paradoxal conhecimento subjectivo da ciência social. É esta mistificação do progresso do conhecimento nas ciências naturais do conhecimento falso para o correcto, baseado – falsamente – na identificação de conhecimento verdadeiro com conhecimento partilhado, que prova que as epistemologias de ciência social são o igualmente relativo conhecimento da ciência natural, oferecendo assim a justificação epistémica para as teorias globalizadas das ciências sociais como uma colecção de muitas teorias envezadas por nacionalidades.

Na primeira parte do *capítulo D* discute-se a criação discursiva do verdadeiro conhecimento relativo objectivo e na parte dois como este conhecimento se desenvolve.

Argumenta que se trata de uma luta entre as duas faces contraditórias do pensamento relativo objectivo, que as ciências sociais resolvem ao transformar esta contradição na contradição entre o conhecimento verdadeiro como conhecimento partilhado, e discute os paradoxos de como para criar um conhecimento partilhado entre os muitos conhecimentos relativos verdadeiros. O capítulo mostra como as epistemologias da ciência social transformam este paradoxo de conhecimento reconhecido no paradoxo de uma hierarquia de conhecimentos, distinguindo entre as teorias da ciência social e as meta-teorias guias da criação de teorias – portanto, reproduzindo o paradoxo do conhecimento reconhecido na natureza paradoxal dos discursos entre os conhecimentos reconhecidos. Na segunda parte do capítulo discutem-se as duas questões levantadas por este paradoxo de conhecimento reconhecido, que são: como se torna reconhecido um conhecimento e o que são os progressos do conhecimento reconhecido, já que não podem progredir do conhecimento falso para o verdadeiro? A resposta é esta: para se tornar uma meta-teoria, a teoria precisa de reinterpretar todo o progresso substancial das agendas políticas *imperiais* como uma oportunidade crítica de aproximação aos ideais das ciências sociais de um estado-nação a servir os cidadãos, uma lenda que só as ciências sociais podem revelar como os sonhos que o mundo estará a perseguir verdadeiramente. Esta resposta sobre como o conhecimento em ciência social avança, por fim mas não menos importante, responde também à pergunta sobre porque é que o pensamento crítico em ciência social e um mundo de pobreza e guerra coexistem, numa história com 200 anos.

O *capítulo E* apresenta algumas considerações sobre como ultrapassar a actual situação e ir para além do pensamento da ciência social.